

# Deputados prometem rigor

O senador Maurício Corrêa (PDT) e os deputados Geraldo Campos (PSDB), Augusto Carvalho (PCB) e Valmir Campelo (PTB), todos da bancada de Brasília no Congresso, afirmaram ontem que observarão com "rigor" a mensagem do governador que deverá ser enviada ao senado propondo a desafetação da área pública invadida pelo Shopping Center Barcat. A intenção dos parlamentares, frisarão, será a de preservar o patrimônio público, garantir punição para a infração e evitar que o episódio se torne uma jurisprudência jurídica que inviabilize o plano arquitetônico de Brasília.

Na tramitação do processo pela Comissão do DF é que os parlamentares prometem interferir com força, já que ali não só os senadores como os deputados do DF podem apresentar emendas ao projeto. A desafetação consiste na transformação de área pública em propriedade do GDF, situação que por si só é polêmica e no caso do Barcat "exige atenção", ressaltaram.

Segundo eles, não se pode permitir que o habite-se parcial que será concedido pela Secretaria de Viação e Obras e o projeto de desafetação passem a ser a regra usada pelo governo para resolver o problema de invasão de terras públicas. Isso porque, assinalaram, o Barcat é o caso mais famoso nesta área, mas são várias as empresas que, de maneira discreta ou não,

tentam burlar a legislação imobiliária e elas poderão reivindicar o mesmo direito de regularização dada a infração praticada pelo Shopping.

## Decisão

Na opinião do senador e dos deputados de Brasília, a Justiça assim como o governo têm de tomar decisões em prol de toda a comunidade e não de grupos sob pena de comprometer o futuro da cidade. "Se o GDF começar a regularizar obras irregulares de nada valerá o projeto arquitetônico elaborado para atender as necessidades da população", disse Valmir Campelo, lembrando que caberá ao Plano Diretor dar nova organização às terras de Brasília, levando em conta esta questão.

Para o deputado Augusto Carvalho, entretanto, este comportamento "hipócrita de legalizar as invasões cometidas" por ricos enquanto penaliza a mesma atitude quanto tomada por pobres tem sido regra comum nos governos, principalmente os militares.

O deputado Geraldo campos (PSDB-DF) considerou ontem "uma coincidência fantástica" o fato de que as obras Barcat sejam liberadas, justamente, quando o cargo de secretário de Viação e Obras e presidente do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) é exercido por um ex-presidente do Sindicato dos Construtores de Brasília.